

# O Debate Historiográfico sobre a Grande Guerra de 1914-1918

António Paulo Duarte

*Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*

Bruno Cardoso Reis

*Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Assessor do Instituto da Defesa Nacional*

## Resumo

A Grande Guerra ainda não terminou. O impacto deste conflito foi de tal modo profundo na História da Europa que os seus efeitos ainda hoje influenciam a evolução do continente. O mesmo se poderá dizer para a Ásia e o Médio Oriente (onde as ondas do acordo Sykes-Picot ainda hoje alimentam os seus conflitos). Este impacto explica em boa medida que o primeiro centenário da sua eclosão tenha marcado de forma evidente o debate académico e público na Europa durante o ano de 2014.

Este artigo procura levantar o véu do profuso debate académico em torno da Grande Guerra, no mundo anglo-saxónico, em França e em Portugal. A primeira parte dissecar o debate anglo-saxónico e francês quanto à Grande Guerra, a sua origem e sua evolução. A segunda, lida com o debate português, focado em torno das razões da beligerância nacional.

## Abstract

*The Historiographical Debate over the Great War (1914-1918)*

*The Great War has not ended, yet. The impact of this conflict was so profound in the history of Europe that its consequences still impact the continent's evolution. We could argue the same concerning Asia and the Middle East, where the Sykes-Picot agreement still fuel conflicts.*

*This article aims at lifting the veil of the profuse academic debate surrounding the Great War, in the Anglo-Saxon world, in France, and in Portugal. The first part dissects the Anglo-Saxon and French debate over the Great War, its origins and evolution. The second part deals with the Portuguese debate, focusing on the origins of national belligerence.*

## Introdução

Pareceu-nos ser útil - a título de introdução a este dossiê temático da revista *Nação e Defesa* - introduzir uma discussão em traços gerais da evolução da historiografia sobre a Primeira Grande Guerra.

Dividimos a nossa análise em duas seções principais. A primeira é dedicada a traçar genericamente a evolução do que se escreveu sobre a Primeira Guerra Mundial com algum impacto internacional, procurando prestar particular atenção ao inglês, como a principal língua de uso académico corrente, mas também a obras traduzidas para português. A segunda secção do texto procura sistematizar os textos historiográficos sobre Portugal e a Grande Guerra (1914-1918). Evidentemente que esta última tarefa pode ser realizada de forma mais completa do que a primeira. Embora em nenhum dos casos se pretenda ou se possa prometer ser exaustivo, pela enorme abundância de material publicado sobre a Primeira Guerra Mundial, agravado pela relativa falta de dados integrados e sistematizadas no caso das publicações em português, que só lenta e parcialmente se tem vindo a colmatar<sup>1</sup>. Para tornar mais fácil de gerir este campo muito vasto iremos centrar a nossa atenção sobre textos que nos pareceram poder contribuir mais para oferecer uma visão de conjunto sobre a Primeira Guerra Mundial, se se quiser uma visão mais ao nível estratégico do conflito.

Este artigo visa dar ao leitor uma sistematização em língua portuguesa do desenvolvimento dos estudos sobre a Grande Guerra no longo prazo e em anos mais recentes. É também propósito deste texto que o leitor possa observar o que une e o que separa a leitura que se faz da Grande Guerra em geral, daquele que é especificamente feita sobre a experiência portuguesa desse conflito. Estamos aqui a introduzir a dimensão da história comparada com a riqueza de ensinamentos que apode aportar ao conhecimento do devir humano.

Portugal teve uma experiência, que parecendo *sui generis*, nomeadamente pelo conflito interno entre republicanos favoráveis à beligerância e à intervenção no principal teatro de guerra, não deixa de ter similitudes com outras pequenas e médias potências como a Grécia ou a Itália.

É também por isso que interessa comparar a história geral da grande guerra com a história particular de Portugal na Grande Guerra. As pequenas potências do siste-

---

1 É o caso do portal respeitante às bibliotecas militares da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/DocumentosHist%C3%B3ricos.aspx>. E do portal da Biblioteca Nacional de Portugal sobre o tema, disponível em <http://purl.pt/index/IGuerraMundial/PT/index.html>. Sendo que ambos os portais têm publicações quer portuguesas quer estrangeiras e estão longe de conseguir acompanhar publicações mais recentes. Há ainda a questão das publicações noutros países de língua portuguesa como o Brasil.

ma internacional não são meros recetáculos da ação das grandes potências, mesmo que tenham uma capacidade de influência mais limitada,

### **Os Estudos Internacionais Sobre a Grande Guerra**

São muitos os livros publicados nas mais diversas línguas sobre a Primeira Grande Guerra, embora com grandes oscilações nacionais, desde logo entre beligerantes e não-beligerantes, e entre os primeiros, entre britânicos e franceses, para quem a Primeira Guerra Mundial foi tão ou mais importante (nomeadamente em número de baixas) do que a Segunda Guerra Mundial e os demais países envolvidos. Em todo o caso se nos concentrarmos apenas numa das principais bases de dados centrada em livros e artigos académicos em inglês como a JSTOR obtemos 30.000 resultados; no sítio francês Persée temos quase 22.000 resultados<sup>2</sup>. Uma busca no Google Scholar, portanto limitada a publicações de cariz mais académico, resulta ainda assim três milhões e meio de referências!<sup>3</sup> Se juntarmos a isto obras com relevância para a história, mas não propriamente de análise historiográfica, como sejam memórias, o resultado seria ainda mais expressivo. E o número de publicações está certamente a aumentar como resultado do centenário do conflito 1914-1918.

Esta enorme montanha de publicações reflete bem o forte impacto traumático e revolucionário da Primeira Grande Guerra no século que se seguiu. Ele foi evidente na paisagem e no mapa político europeu, e na vida de milhões de europeus, mas também afetou direta ou indiretamente muitos milhões de africanos – nomeadamente em Moçambique –, de asiáticos – turcos, árabes, indianos, chineses, japoneses, ilhéus do Pacífico – e de habitantes das Américas. A Primeira Guerra Mundial teve um impacto revolucionário não só na própria condução da guerra, basta pensar no desenvolvimento enorme da aviação militar ou dos submarinos que acrescentaram dimensões inteiramente novas aos conflitos, mas também em múltiplas outras áreas, desde a política – com a alargamento do direito de voto e o surgimento dos primeiros regimes comunista e fascista – até à forma como a morte em combate era recordada coletivamente – a consagração do carácter heroico da morte de qualquer soldado como forma de lidar com a democratização política e os mais de 9 milhões de mortos e mais 20 milhões de mutilados, gaseados e outros feridos. A Grande Guerra foi o parto doloroso do século XX, o evento fundador daquela que

---

2 Veja-se sobre estas indicações o JSTOR (*Journal Storage*), página disponível em <http://www.jstor.org/action/doBasicSearch?Query=%22First+World+War%22&acc=on&wc=on&fc=offhttp>, consultado em 19 de setembro de 2014, e o sítio Persée (*Portail de Revues Scientifiques,...*), disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/search/?\\_Prescripts\\_Search\\_alterSearchQuery=udAND&\\_Prescripts\\_Search\\_selectedTypes=article&\\_Prescripts\\_Search\\_runnedQuery](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/search/?_Prescripts_Search_alterSearchQuery=udAND&_Prescripts_Search_selectedTypes=article&_Prescripts_Search_runnedQuery).

3 Google Scholar disponível em [http://scholar.google.pt/scholar?q=first+world+war&hl=en&as\\_sdt=0,5](http://scholar.google.pt/scholar?q=first+world+war&hl=en&as_sdt=0,5). Consultado em 18 de setembro de 2014.

terá sido a centúria mais sangrenta da história da humanidade<sup>4</sup>. Todavia, também é a fonte de onde brotou uma cultura de segurança e dissuasão, com as suas organizações internacionais votadas ao humanitarismo e à paz (Mulligan, 2014).

Por outro lado, e em termos mais especificamente da escrita da história pode argumentar-se que o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial provavelmente marcou o apogeu da história diplomática, pelo menos em termos da sua influência política. Os líderes políticos e militares durante a Primeira Guerra tinham uma imprensa e um eleitorado de massas (cada vez mais alfabetizado) perante o qual se tinha de justificar a condução da guerra. O resultado foi que a guerra de 1914-1918 tem sido debatida neste último século muito em termos da questão da “culpa” pelo conflito. Quem, que estadistas ou militares, que país ou bloco de países, que processo ou processos foram responsáveis pelos milhões de mortos e feridos e pelas catástrofes políticas e económicas que ela veio inaugurar? Esta tem sido a pergunta que, de forma mais ou menos explícita e quase inevitável, tem animado um debate recorrente e frequentemente explosivo.

Esta ideia de culpa pela guerra levou a que ainda durante e logo a seguir à Primeira Guerra Mundial houvesse uma verdadeira “guerra dos documentos” que mobilizou alguns historiadores diplomáticos dos países beligerantes. Embora nem todos tenham caído na armadilha do nacionalismo - um exemplo notável é a análise equilibrada de Luigi Albertini (2005), cuja obra acabada de publicar em 1942 é ainda hoje muito citada - o facto de que assim foi com alguns de grande visibilidade em nada ajudou à credibilidade académica deste campo de estudo no seio da comunidade científica após a Segunda Guerra Mundial. A manifestação mais visível desta guerra documental passou pela publicação de múltiplos volumes reunindo um enorme massa de correspondência diplomática, mais ou menos cuidadosamente selecionada e, em diversos casos, censurada. Mas não, note-se, documentação militar, o que só por si era uma limitação muito importante para o seu valor como base de análise. A Alemanha foi pioneira neste esforço, ainda na década de 1920, e criou mesmo um departamento específico no ministério dos negócios estrangeiros para combater o famoso art.º 231 do Tratado de Paz de Versaillles de 1919 que lhe atribuía a culpa pela guerra.

Surgiu também após 1918 uma avalanche de memórias dos protagonistas. Como resultado desta massa de documentação a ideia de que apenas a Alemanha e os seus aliados tinham sido culpados pelo desencadear do conflito ficou seriamente abalada. Emergiu um consenso relativo em torno da ideia de responsabilidade múltiplas numa guerra acidental, resultante de uma escalada em espiral e de decisores políticos incapazes de controlar eficazmente os respetivos chefes militares.

---

4 Um excelente exemplo disso, infelizmente ainda não traduzido para português é a obra de David Reynolds (2014). Veja-se também Niall Ferguson (2007).

Este relativo consenso sobreviveu à Segunda Guerra Mundial e prosperou na fase inicial da Guerra Fria. A obra da historiadora Barbara Tuchman (1962), *The Guns of August: The Outbreak of World War I*, galardoada com o prémio Pulitzer, incarnou esse paradigma de forma muito influente num período em que o receio de uma escalada acidental pudesse levar a uma nova Guerra Mundial ia de par com o terror derivado de se poder desta forma desencadear acidentalmente um confronto nuclear. Esta é hoje uma obra datada - muita documentação e muitas obras importantes não estavam ainda disponíveis - mas continua a ser muito legível e a ser reeditada. É também provavelmente o único livro de história que, certo ou errado, pode ter a pretensão de ter salvado o Mundo, influenciando o Presidente Kennedy dos EUA no sentido de uma gestão prudente da crise dos mísseis de Cuba, em 1962, que passou pela rejeição das opções mais belicistas e pela recusa da pressão para atacar preventivamente os soviéticos. O Presidente Kennedy terá declarado ao seu irmão Jack: "Eu não vou seguir um caminho que leve alguém a escrever um livro sobre esta crise chamado *Os Mísseis de Outubro*" (Gavin, 2014: 320).

Precisamente no início da década de 1960, porém, o debate historiográfico, ressurgiu, pondo em causa o relativo consenso anterior. Foi assim muito por causa e em torno da obra de Fritz Fischer, o primeiro historiador alemão que defendeu corajosamente que era possível ver nos objetivos estratégicos alemães da Primeira Guerra Mundial uma prefiguração e um antecedente direto dos do regime nazi na Segunda Guerra Mundial. Ou seja, também já a Primeira Guerra Mundial teria sido resultado de um objetivo alemão de expansão, no quadro da chamada *Weltpolitik* ou estratégia global, visando criar um vasto império na Europa Central (*Mitteleuropa*), e mesmo na África Central (*Mittelfrika*), como núcleo de uma hegemonia mundial germânica (Fischer, 1968; 1975), o que levou, aliás, a que os alemães fossem dos primeiros a designar o conflito de 1914-1918 como *Weltkrieg* (i.e. Guerra Mundial). Fischer continua a ser uma figura muito discutida e discutível. A sua aproximação entre o *Kaiserreich* (1870-1918) e o *III Reich* (1933-1945) é criticada por ter, por vezes, levado demasiado longe a comparação, não distinguindo objetivos expansionistas nazis que levaram à guerra e outros que surgiram no curso da sua radicalização, ou menos ainda, que os objetivos da Alemanha eram mais imperialistas do que de outras grandes potências ou tiveram mais importância na crise que levou à Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, a importância que Fischer deu à dimensão não-convencional da Primeira Guerra Mundial, à promoção da subversão de regimes inimigos merece atualmente uma atenção renovada (Jenkins, 2013).

Cabe ainda sublinhar que o próprio tipo de abordagem de Fischer à Primeira Guerra Mundial, muito atento às determinantes políticas internas das decisões estratégicas – de gestão nacionalista populista das massas –, se tem revelado muito influente<sup>5</sup>.

---

5 Com ecos tão variados como as obra de Jack Snyder (1991) e Nuno Severiano Teixeira (1996).

O que é sobretudo importante sublinhar do ponto de vista da evolução da historiografia sobre a Primeira Guerra Mundial é que o peso da tendência, ora para culpar, ora para desculpar a Alemanha, resultou no facto de uma parte importante da história da Primeira Guerra Mundial estar dominada pelo que Samuel Williamson (2014: 30-62) designou de "paradigma alemão". Ou seja, os grandes debates históricos com maior impacto internacional sobre a Grande Guerra têm sido demasiado centrados sobre os protagonistas, as instituições, os objetivos, a geopolítica, as ações e os documentos do Império Alemão.

Muito ligada a este tema da culpa está a questão da validade da guerra, de saber se, em última análise e apesar dos sacrifícios, esta guerra fez sentido em termos de um objetivo estratégico supremo. Naturalmente as respostas variam de país para país, como veremos no caso de Portugal, mas talvez o exemplo extremo de um debate particularmente animado seja a Grã-Bretanha, onde é mais credível defender a ideia da entrada na Primeira Guerra Mundial como uma opção. Dois exemplos do grande impacto recorrente deste tema até hoje são: Niall Ferguson (2000), *The Pity of War: Explaining World War I*, que considera que a decisão do governo de Londres de entrar na guerra foi um erro trágico e estratégico, pelo seu custo em vidas e por ter minado as bases, nomeadamente financeiras, do predomínio global britânico; e Max Hastings (2014a; 2014b), autor de *Catastrophe*, que, pelo contrário, argumenta que apesar do seu custo catastrófico, a Primeira Guerra Mundial foi determinante para defender o interesse vital britânico em evitar a hegemonia alemã no continente europeu logo a partir de 1918.

Há uma outra divisão fundamental quando se procura organizar genericamente os estudos sobre a Primeira Guerra Mundial e outros conflitos. Temos, por um lado, os *intencionalistas* que valorizam sobretudo as decisões de determinados protagonistas - seja o kaiser Guilherme II, seja o chefe da diplomacia britânica Sir Edward Grey, seja o presidente Poincaré, ou o czar Nicolau II, seja outros protagonistas, nomeadamente militares, generais como Moltke, Joffre ou Haig. E temos, por outro lado, os *estruturalistas* que, pelo contrário, desvalorizam o peso dos indivíduos e das suas intenções, e consideram que o fundamental é ter em conta os elementos sistémicos que tornavam cada vez mais provável um conflito global, um confronto que seria extremamente mortífero ao colocar em confronto massas de milhões de soldados e tecnologia industrial, apontando para fatores como: espiral armamentista, dilemas de segurança, sistema bipolar de blocos rígidos de alianças, militarização da gestão de crises, nacionalismo massificado demagógicamente, industrialização, etc.

Os historiadores, nomeadamente autores de obras recentes como Macmillan ou Clark, apesar das diferenças entre eles, tendem a preferir teses mais intencionalistas e a olhar para a origem da guerra como consequências de contingências. Mas também há historiadores influentes, como Paul Schroeder ou David Stevenson, mais sensíveis à dimensão estruturalista, embora mesmo eles tendam a avisar contra excessos

de determinismo estruturalista (Stevenson, 1997; 2011). Já entre os especialistas na área de Relações Internacionais é mais forte a visão estruturalista, por tenderem a ligar os estudos histórico desta crise crucial a uma abordagem mais centrada nas *causas* do mesmo no sistema internacional. Uma tendência atual importante parece ir no sentido de procurar uma síntese entre historiadores e cientistas políticas entre elementos estruturais e contingentes, entre causas de longo e médio prazo, e catalisadores de curto prazo (Vasquez, 2011a; Levy e Vasquez, 2014).

Embora nos centremos, neste texto, mais nas abordagens de historiadores, entre os exemplos recentes mais interessantes da abordagem mais estrutural está um artigo de John Vasquez, com uma série de coautores, em que procura demonstrar estatisticamente que houve uma aceleração no número de crises internacionais a partir de 1900, uma densificação da rede de alianças e uma multiplicação dos conflitos territoriais armados, ou seja, verificou-se uma militarização crescente da resposta às crises internacionais. A conclusão mais interessante desse estudo de Vasquez (2011b) é a de que olhando para o cruzamento de alianças e conflitos territoriais, o Império Austro-Húngaro dos Habsburgos estava numa posição central, pelo que um conflito armado envolvendo Viena tinha uma probabilidade mais elevada de contagiar todo o sistema internacional a partir do seu centro que estava na Europa. O ponto realmente interessante é que a Sérvia parecia estar ciente disso, e ter visto numa guerra europeia uma inevitabilidade se não mesmo uma oportunidade.

Muito mais se poderia dizer sobre a evolução genérica recente da historiografia internacional sobre a Primeira Guerra Mundial. O tal não seria simplesmente resultado de acumulação e repetição, mas também de uma tendência com várias décadas para uma crescente variedade de formas de estudar a Primeira Guerra Mundial e consequentemente uma enorme diversidade temática dos estudos que lhes são dedicados. Esta tendência é por vezes associada à chamada escola dos *Annales*, a qual apesar de surgir associado a uma marginalização da história militar e diplomática, não pôde ignorar a Primeira Guerra Mundial, que era demasiado importante em múltiplas dimensões para poder ser reduzida a um mero evento bélico passageiro. Podemos referir a título de exemplo desta multiplicação de estudos sobre a Grande Guerra: a dimensão económica e social, desde a avaliação do impacto económico do bloqueio naval aliado e da guerra submarina alemã até a mudanças no relacionamento entre Estado, empresas e sindicatos, passando pelo papel, nas origens da Grande Depressão, dos empréstimos de guerra e da obrigação alemã de pagar reparações aos vencedores; a dimensão cultural do conflito, da propaganda (música, cartazes) até ao papel das instituições religiosas e ao desenvolvimento dos rituais da memória em torno do Soldado Desconhecido; a dimensão do género, desde a aceleração na mudança dos papéis das mulheres em lugares ocupados pelos homens mobilizados em massa, até ao impacto da guerra no feminismo e nas visões sobre a masculinidade; a dimensão médica, e nomeadamente o desafio dos mutila-

dos, dos gaseados e dos psicologicamente afetados e o papel da guerra no desenvolvimento de novas práticas médicas; a dimensão tecnológica, com o desenvolvimento dos carros ou aviões de combate e a importância do petróleo em tudo isso; e a vida cotidiana na retaguarda e nas trincheiras. Esta é apenas uma breve amostra das múltiplas perspectivas que têm sido exploradas a respeito da Primeira Guerra Mundial. Esta diversidade de perspectivas, sendo altamente enriquecedora, coloca um desafio importante a qualquer tentativa de síntese que procure relacionar todas estas dimensões de forma significativa numa visão mais completa e englobante da Primeira Guerra Mundial<sup>6</sup>.

Iremos, no entanto, para terminar, aprofundar duas novidades em duas abordagens da Primeira Guerra Mundial que têm sido particularmente dinâmicas e nos parecem especialmente interessantes do ponto da nossa análise: a global/colonial, e a mais propriamente estratégica.

Se as obras de Margaret Macmillan ou de Max Hastings, apesar da qualidade da escrita, não trazem grandes novidades, continuando a centrar-se nas grandes potências do costume, já *Os Sonâmbulos: Como a Europa Entrou em Guerra em 1914* de Christopher Clark (2014) é exemplar do questionamento do paradigma dominante pós-Fischer, pelo alargamento do foco da análise para além da Alemanha, olhando com uma atenção mais crítica para as políticas externas também frequentemente agressivas, revisionistas e expansionistas da Rússia, da França, mas também da Itália ou da própria Sérvia, assim como para as perigosas ambiguidades britânicas. Outro caso exemplar desse esforço de revisionismo é o de Sean McMeekin (2011) que centra a sua atenção no expansionismo russo, apoiado diplomaticamente e financeiramente pela França, visando o controlo de Istambul/Constantinopla e alimentando as ambições de uma série de Estados eslavos, que a Rússia ambicionava tornar seus satélites nos Balcãs, como a Sérvia.

Curiosamente, e em contraste com esta crítica da ideia da responsabilidade principal da Alemanha no início da guerra, relativamente ao próprio decurso da guerra e em particular ao tratamento dos civis manifesta-se uma forte tendência para defender com base em documentação sólida, inclusive alemã, aquilo que durante muito tempo foi visto como simples propaganda: os massacres e abusos das tropas alemãs em território ocupado, nomeadamente na Bélgica.

O debate tem sido também animado no cruzamento das Relações Internacionais com desenvolvimentos mais recentes na historiografia sobre a Primeira Guerra Mundial. Nomeadamente voltando-se a questionar a prevalência da crença numa guerra rápida e a caracterização deste conflito como resultante de um culto da ofensiva pelas principais chefias militares de ambos os blocos, levando quer a uma pre-

---

<sup>6</sup> Esforços nesse sentido são por exemplo volumes como: Hew Strachan (2001); John Horne (2010); S. Audoin-Rouzeau e J.-J. Becker (2012); Jay Winter (2014).



ferência por uma guerra preventiva - intimamente ligada à ideia de uma guerra de transição hegemónica - que conduziria quase inevitavelmente a um conflito, quer a uma insistência em ofensivas com tremendos custos humanos quando devia ser evidente a sua inutilidade<sup>7</sup>. Kier Lieber refere uma série de estudos históricos recentes para negar que assim seja. Jack Snyder responde, em defesa da sua tese do culto da ofensiva, argumentando que apesar de muitos responsáveis militares perceberem que poderiam vir a enfrentar uma guerra prolongada e extraordinariamente custosa, isso apenas os tornou ainda mais determinados a procurar ofensivas massivas e rápidas, para evitar esse impasse, ou então a procurar recuperar a iniciativa abrindo novas frentes, o que geralmente implicava envolver pequenas ou médias potências no conflito (Snyder e Lieber, 2008).

Outra tendência importante da história recente da Primeira Guerra Mundial é a sua *globalização*, bem ilustrada pela obra de Erez Manela. Ela passa por olhar para além dos limites tradicionais da guerra, quer em termos cronológicos, quer, sobretudo, em termos geográficos, dando-lhe uma perspetiva verdadeiramente mais global. Esta visão recupera uma cronologia longa da Grande Guerra que a faz recuar pelo menos até à ofensiva italiana contra a Líbia otomana em 1911 e avançar até à paz com a nova Turquia, em Lausanne em 1923, e que é frequente em muitas obras sobre o tema, que inclusive o fazem até períodos anteriores e nalguns casos avançam até à Segunda Guerra Mundial – com base na ideia de uma nova Guerra dos Trinta Anos reunindo os conflitos de 1914-1918 e 1939-1945. Mas sobretudo o que Manela e outros fazem é dar grande importância à dimensão extraeuropeia e ao impacto global de longo prazo da Grande Guerra. É assim nomeadamente com a sua obra *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism* de 2007, em que Manela procurou mostrar como o discurso do Presidente Wilson dos EUA de legitimação da intervenção norte-americana nesta guerra, vista do lado de lá do Atlântico como essencialmente europeia em termos de defesa da democracia e da autodeterminação dos povos, criou - ainda que de forma involuntária e indesejável para este sulista racista - expectativas de libertação do imperialismo, essencialmente europeu, desde o Egito até à Coreia, passando pela Índia e pela China, e que estiveram na origem de movimentos nacionalistas ainda frágeis mas que se viriam a revelar duradoiros. A noção de uma guerra verdadeiramente mundial é central no livro de 2014, e logo traduzido para português como *Impérios em Guerra*, em que o papel do império colonial português é analisado por Filipe Ribeiro de Menezes. Esta atenção a impérios mais periféricos mas de grande importância em certos aspetos e teatros do conflito é de sublinhar. Infelizmente não terá sido, por alguma razão, possível a incluir o império belga. Ora a Bélgica era a segunda maior potência militar em África

---

7 Os textos clássicos relativamente a estes temas estão reunidos em: E. Miller, S. M. Lynn-Jones e S. Van Evera (1991).

em número de tropas, logo a seguir à França, com 22.000 homens da *Force Publique* do Congo belga; sendo que este último se tornara o alvo principal dos planos expansionistas coloniais alemães surgidos durante a guerra; e as forças sob comando belga foram fundamentais na campanha de ocupação da África Oriental alemã – Burundi, Ruanda, Tanzânia (Manela, 2009; Gerwarth e Manela, 2014).

Estas tendências e visões podem ser tão interessantes quanto contraditórias entre si. Se, por exemplo, para John Vasquez, o fundamental para explicar o caráter global da guerra, é reconhecer que a Europa era o coração do sistema internacional, e foi o facto de os conflitos periféricos se aproximarem cada vez desse núcleo europeu que se tornou perigoso. Já para Erez Manela o que importa é olhar para a guerra numa perspetiva menos centrada na Europa.

Um segundo tema a suscitar grande atenção tem a ver com o fim da guerra em 1918. Desde logo na sua dimensão militar, o que explica que o impasse tenha sido quebrado? E é a este respeito que também se tem afirmado uma tendência muito forte para, se não para negar totalmente mas pelo menos qualificar fortemente, a imagem tradicional da Primeira Guerra Mundial em termos de soldados heroicos levados ao matadouro por generais incompetentes – “*army of lions led by donkeys*”<sup>8</sup>. A ideia do imobilismo e da incapacidade de evolução a nível militar tem sido substituída pela ideia de que depois de uma fase inicial houve uma real evolução tática, operacional e estratégica, nomeadamente da parte dos britânicos e franceses, que foi decisiva na vitória em 1918<sup>9</sup>.

Interessa-nos sobretudo salientar como este esforço de análise tem levado ao sublinhar da importância das falhas ao nível da dimensão de grande estratégia ou estratégia total durante a Primeira Guerra Mundial. A extrema descoordenação dos vários Estados europeus, o caos decisório ao nível político e militar das Grandes Potências é um tema central na explicação de Christopher Clark relativamente às origens da guerra, mas também ajuda a explicar que se tenha prolongado tanto. Só gradualmente foi emergindo uma capacidade de gestão coordenada das múltiplas dimensões da guerra. Paradoxalmente desde cedo a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra total – termo cunhado por Clemenceau – mas só muito tardiamente foi efetivamente conduzida como tal e com maior sucesso do lado dos Aliados. Esta terá sido precisamente uma mudança vital que contribuiu significativamente para explicar o triunfo Aliado (Strachan, 2010: 35-48) como estudos mais recentes centrados sobre o caso britânico e norte-americano vêm mostrar (Lambert, 2012; Sheffield, 2014).

---

8 A afirmação mais influente deste ponto de vista é, significativamente, de um populista, não de um historiador Alan Clark (1991).

9 Uma obra fundamental neste debate é o estudo recém-reeditado de Gary Sheffield (2014). Ver também sobre 1918 David Stevenson (2011).

Para terminar esta parte pareceu-nos ser de apontar um dos melhores exemplos de como a história da Primeira Guerra Mundial é um campo dinâmico e cheio de surpresas. Se havia aspeto da Primeira Guerra Mundial em relação ao qual nada de novo se esperava, citado como um facto central no conflito em todos os manuais escolares, era o Plano Schlieffen para por a França rapidamente fora de uma conflagração europeia. Ora na última década tem-se verificado um debate animado sobre se afinal ele existiu ou não (Mombauer, 2005; Zuber, 2010).

O que é interessante notar do ponto de vista de análise estratégica é que este debate ajuda a perceber a complexidade de algo aparentemente simples - a natureza do planeamento militar. Geralmente um estado-maior tem vários planos de contingência e a sua existência não implica necessariamente uma decisão de executar um determinado plano ou a eficaz implementação dos preparativos necessário para a boa implementação dos mesmos. Claro está que um plano que foi realmente implementado ganha um estatuto diferente, mas é necessário analisar cuidadosamente se era já assim quando ele foi originalmente concebido, ou era apenas um plano ou ideia de manobra entre outras.

Depois existem as próprias histórias nacionais da Primeira Guerra Mundial, evidentemente, um nível de análise também fundamental para permitir aprofundar, a nível de cada Estado, as múltiplas questões aqui levantadas. O que é importante é que isso não seja feito de costas voltadas à dimensão comparativa, por exemplo relativamente à maior ou menor polarização relativamente à entrada na guerra por pequenas e médias potências, um debate central na discussão do tema em Portugal, mas que também se colocou, embora de formas diversas na Bélgica, na Grécia, na Roménia, na Bulgária, nos EUA, no Brasil, na Itália ou no Japão. Daí se ter tornado cada vez mais insistente a ideia da necessidade de uma história comparativa, global e transnacional, se se levar realmente a sério a Grande Guerra de 1914-1914 como uma guerra mundial.

### **A Historiografia Portuguesa e a Beligerância de Portugal na Grande Guerra**

O historiador Pedro Aires Oliveira afirma em obra recente que a pesquisa e investigação sobre a beligerância portuguesa na Grande Guerra se centra hoje no "primado da política interna", conceção que não se refere só a posição de Portugal, mas afeta, de uma forma ou outra, a maioria dos países que se envolveram na ingente conflagração (Oliveira, 2011: 185). Todavia, acentuada esta afirmação, não deixa este autor de reconhecer a montante a relevância do contexto externo da República como elemento adicional ao "primado da política interna", nomeadamente no que se refere à ambiguidade de atitude da Grã-Bretanha para com o novo regime, no que se refere quer ao postergado processo de reconhecimento oficial deste e na sua aproximação à Espanha, esta por seu turno, desperta pela crise interna de Portugal, para tentações de absorção definitiva do vizinho ibérico (Oliveira, 2011: 190-193).

Eis as duas linhas, que com maior ou menor tensão ou inter-relação, como se verá subsequentemente, orientam hodiernamente a investigação da política de beligerância de Portugal na Grande Guerra: o primado da política interna e a crise da aliança luso-britânica.

O estudo historiográfico contemporâneo sobre a Grande Guerra tem em Nuno Severiano Teixeira (1996), *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, o seu momento precursor. Não só este texto rompia com o longo silêncio de algumas décadas em redor da participação portuguesa na Grande Guerra, como questionava os discursos que em redor desta se tinham estabelecido desde a década de 1920. Para o autor, a entrada de Portugal na Grande Guerra fora a consequência de uma estratégia política, movida pelo Partido Republicano Português, conhecido também como "Democrático", para através de uma beligerância bem-sucedida e ativa ao lado da Grã-Bretanha, o tradicional aliado de Portugal, cimentar internamente e externamente a legitimidade da República, e na República, da facção política orbitando em redor de Afonso Costa. Seguindo uma linha teórica proposta nomeadamente por Arno Mayer, Nuno Severiano Teixeira argumentava que a instabilidade interna era um excitante para uma maior intervenção externa e para a beligerância.

Os estudos sobre Portugal e a Grande Guerra avolumaram-se a partir de meados dos anos 90 do século XX, correspondendo também a um cada vez maior interesse da historiografia portuguesa pela História contemporânea do país.

O interesse sobre a Grande Guerra, em Portugal, declinara acentuadamente a partir de meados da década de 30, praticamente nada se publicando de grande impacto na historiografia entre o fim dessa década e o início dos anos 90 do século XX. A seguir à Grande Guerra, uma profusão de volumes tratava de participação nacional na primeira conflagração mundial. Na sua imensa maioria eram obras memorialísticas, algumas disfarçadas de estudos mais académicos ou estratégicos, em geral feitas por participantes nos acontecimentos narrados e dissecados, mas a que não faltava, quantas das vezes, o ajuste de contas com o que se tornara, na ótica dos autores, uma desastrosa, humilhante e vergonhosa experiência bélica nacional. Exemplos sintomáticos destes tipos de estudo são os dois volumes publicados pelo futuro comandante do golpe de 28 de maio de 1926, o General Gomes da Costa (1927?), *A Grande Batalha do CEP* e *A Guerras nas Colónias* (Costa, 1925), textos em que amiudadamente, o autor não deixa de zurzir sobre a incompetência dos políticos e de evidenciar a desastrosa atuação da República na conflagração mundial. A importância maior destas obras foi o seu impacto político no final da Primeira República.

A despeito de elaborada, em geral, por antigos combatentes do Corpo Expedicionário Português (CEP) e das campanhas de África da Grande Guerra, escapa a esta sanha a mais importante obra sobre a história da participação portuguesa efetuada

nestas décadas, *Portugal na Grande Guerra*, em 2 Volumes (Martins, 1935), obra coordenada pelo General Ferreira Martins, e que pese a sua natural tendência para uma justificação da intervenção, muito ideologicamente republicana, edificou-se sobre uma mais sólida base historiográfica. A estes volumes acresce-se o texto de Hernâni Cidade (1935), "Portugal na Grande Guerra: 1914-1918", inserido na *História de Portugal*, VIII Volume, dirigida por Damião Peres e completa-se basicamente a malha de estudos de cariz historiográfico feitos sobre a beligerância portuguesa entre 1914 e 1918 nas décadas seguintes de 20 e 30. Incomparavelmente pouco quando confrontado com as largas dezenas de volumes de memórias e estudos memorialísticos dos participantes portugueses na conflagração.

O longo silêncio que se prolonga a partir da década de 40 até aos anos 90 do século XX requer ainda os seus historiadores. O contar da heroicidade dos portugueses na Grande Guerra, exemplarmente exibido no desequilibrado duelo entre o Caçador-Minas Augusto Castilho e um submarino alemão, serviam ideologicamente, e por paradoxal que pareça, o nacionalismo do republicanismo histórico mas também do Estado Novo e assegurava o silenciamento historiográfico sobre um período altamente controverso da História Contemporânea de Portugal. A evolução da historiografia nacional, nas décadas de 60 e 70 do século XX, centrada no estudo das forças sociais e económicas profundas, por sua vez, desvalorizava o estudo político e militar da Grande Guerra, preferindo concentrar-se, logo após o 25 de Abril de 1974, na questão social que fraturou indelevelmente a I República. É o caso de uma obra de juventude do historiador António José Telo (1977), *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*.

O estudo de Nuno Severiano Teixeira é assim a ponta de lança de uma nova leitura historiográfica da Grande Guerra em Portugal, e a despeito de não ser uma área de profusa investigação, na última década e meia, os estudos sobre Portugal e a Grande Guerra multiplicaram-se. Ele expressa igualmente uma nova perspectiva historiográfica de estudar e compreender a guerra, para lá daquilo a que a escola dos *Annales* denominara de "história-batalha" centrada fundamentalmente no estudo político e estratégico-militar das campanhas bélicas. A "Nova História Militar" procura efetuar uma leitura ampliada e abrangente do objeto guerra introduzindo na sua compreensão novos fenómenos políticos, com uma leitura estrategicamente alargada. Esta nova leitura dos fenómenos marciais corresponde assim a um novo entendimento do facto estratégico, e introduz as dimensões económicas, sociais, culturais, psicológicas, no estudo da natureza da guerra, numa perspectiva de compreensão do total histórico e da totalidade do Homem (Teixeira, 1988).

Na verdade, nos anos 80 do século passado, alguns textos historiográficos de autores estrangeiros tinham já trabalhado e analisado a participação portuguesa na Grande Guerra. Hipólito de la Torre Gómez (1980) estudara as relações ibéricas no início do século XX e numa das suas obras, em particular *Na Encruzilhada da Grande*

*Guerra, Portugal-Espanha, 1913-1919*. Esta obra notava, não só a postura distinta de Portugal e da Espanha em relação à contenda, com uma forte corrente beligerante em Portugal, sem correspondência em Espanha, onde a política de neutralidade era aprovada genericamente por todas as forças políticas, pese a germanofilia de alguns setores mais conservadores que julgavam que o apoio à Alemanha poderia corresponder ao sonho da unidade ibérica, em contraponto à garantia absoluta de diferenciação entre os dois países que os intervencionistas portugueses julgavam ganhar com a sua ativa participação na grande conflagração mundial. Em outra área de estudos, outro autor, na decorrência da sua investigação, apresentava igualmente um trabalho inovador de investigação sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. René Pélissier (1986), na *História das Campanhas de Angola, Resistência e Revoltas, 1849-1941* e na *História de Moçambique, Formação e Oposição, 1854-1918*, (Pélissier, 1988: II Vol., 343-442), estudava a ocupação portuguesa de África no século XIX e no início do século XX, e no desenrolar do seu trabalho estudaria com detalhe a participação portuguesa na Grande Guerra no teatro de guerra africano. Os mitos da heroicidade desabavam face a uma força militar nacional completamente impreparada, em termos táticos, operacionais e logísticos, para efetuar uma campanha militar contra adversários europeus, mesmo no terreno africano. Ambos os trabalhos catapultavam a investigação histórica nacional para uma visão distinta e completamente diferente da leitura clássica que os participantes da Grande Guerra nacionais tinham feito da beligerância portuguesa entre 1914 e 1918.

A obra *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra, 1916-1918* (Meneses, 2000), evidenciava que uma sociedade dividida quanto ao projeto nacional a prosseguir, era uma sociedade fendida quanto a eventuais objetivos de guerra, evoluindo entre a beligerância ou a neutralidade durante a grande contenda mundial. A famosa União Sagrada, modelada pela que em França unira todas as forças políticas em face da invasão alemã, não conseguiu sequer unir em redor de si todos os partidos republicanos – era composta apenas pelo Partido Republicano Português de Afonso Costa e pelo Partido Evolucionista de António José de Almeida, cada vez mais circunspecto dessa união. Essa unidade fraquejava pela inexistência de um consenso político nacional em torno dos grandes objetivos da estratégia nacional, dividia irremediavelmente os próprios partidos políticos republicanos, para não falar do arco político muito amplo de forças políticas hostis à I República.

Há quem considera que a base do problema está no facto grande propósito nacional da beligerância ser impossível de indicar oficialmente e defender publicamente. Luís Alves Fraga (2010), *Do Intervencionismo ao Sidonismo, os Dois segmentos da Política de Guerra da 1.ª República (1916-1918)*, considera que o propósito da corrente beligerante, que tinha em Afonso da Costa e João Chagas dois dos seus mais destacados líderes, visava a mais lata autonomia e alargamento da margem de independência de Portugal no contexto internacional e face à Grã-Bretanha, o que só

podia ser alcançado com uma intervenção bélica robusta no teatro de guerra mais importante e relevante da guerra, a Flandres em França, cuja aliança se procurava para contrabalançar a britânica. O grande problema com este objetivo era, não de ser difícil de afirmar publicamente por isso hostilizar a Grã-Bretanha, mas ser irrealista, visto que a França quer durante a guerra, quer depois, estaria logicamente interessado em consolidar a sua aliança com Londres e nada faria que a pudesse colocar em causa. O sucesso da intervenção medida numa participação robusta e de grande visibilidade permitiria pôr Portugal e a sua República numa posição de maior paralelismo estratégico e político com a Grã-Bretanha, aumentando a liberdade e a margem de manobra internacional do país e mitigando acentuadamente a dependência e o sentimento de Estado subordinado face a outra nação. Claro que o problema com este objetivo estratégico era que devido à falta de efetivas capacidades militares para o fazer, Portugal ficou mais dependente do que nunca da Grã-Bretanha, desde logo para garantir o funcionamento e abastecimento do CEP. Rui Ramos (2008) em *A Revolução Republicana de 1910 e a Política Externa Portuguesa* considera igualmente que o propósito externo do intervencionismo era o de assegurar, para Portugal, uma posição de aliado face ao parceiro mais poderoso da velha aliança anglo-lusa, e em simultâneo garantir uma legitimação externa e interna para a República Portuguesa, acossada como estava por pressões internas e externas até 1914 e "esfomeada de legitimidade". Mas como Luís Alves Fraga (2010: 133-135) observa, com o envio de expedições militares para África, em 1915, o exército tinha esgotado praticamente todo o efetivo disponível em tempo de paz para as operações militares, pouco mais de 10.000 homens no ativo. A vontade e o objetivo estavam, efetivamente, muito longe de corresponder aos recursos disponíveis.

António Telo (1987; 1991; 1996), retornando ao estudo da situação de Portugal e da sua participação na Primeira Guerra Mundial, e desenvolvendo uma metodologia já testada nos seus trabalhos sobre a Segunda Guerra Mundial e a participação de Portugal na Aliança Atlântica nos anos de 1950, viu na beligerância nacional uma resposta por parte dos radicais republicanos, agregados em torno do denominado "Partido Democrático", para resolverem por atacado uma série de dilemas com que se confrontava o seu poder na I República: a sua "legitimidade interna", acossada por variados inimigos endógenos, desde os anarquistas, passando pelos republicanos moderados, aos católicos e monárquicos; a sua "legitimidade externa", ameaçada pelo pouco reconhecimento que a Grã-Bretanha votava à República e pela Espanha, que ciente do valor que adquirira para a velha aliada de Portugal e para a França, e em geral, para a Entente, sentia-se muito tentada a resolver definitivamente a fratura ibérica (Telo, 2010: 299-301).

A Historiografia olha para um país, à época, politicamente e profundamente dividido no que toca à sua leitura do presente e do futuro. Maria Alice Samara (2002), *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais* observa como a posição

dos setores operários, então anarquistas fundamentalmente, era profundamente hostil à qualquer beligerância, vista como uma guerra de interesses capitalistas. A guerra ajudará a reforçar a fratura entre o republicanismo e o movimento operário, que vira com agrado e apoiara na instauração da República, e que irá, na tessitura crítica da situação interna e da intervenção, afastar-se progressivamente dos republicanos num contexto de acrescida crispação social e política. A rutura entre o movimento operário e o republicanismo, reforçada pelo contexto económico da guerra, não só facilitou a liberdade de ação dos grupos conservadores, como acentuou a antinomização da sociedade portuguesa e a incapacidade de um algum consenso em redor da beligerância.

Essas divisões sobre o trajeto de Portugal na conflagração são observáveis, mesmo dentro do campo republicano, como demonstra Noémia Malva de Novais (2006), *João Chagas, A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)* na leitura que faz da ação e do combate em prol da beligerância que este importante político republicano teve de travar, dentro do seu próprio espaço político, para impulsionar a beligerância do país, e Nunes Miguel Ramalho (2001), *Sidónio Pais, Diplomata e Conspirador (1912-1917)*, ao descrever a posição de Sidónio Pais em relação à beligerância, vista a partir de Berlim.

As enormes dificuldades engendradas pelas debilidades económicas e sociais estruturais de Portugal, acrescidas pelas densas divisões políticas, tornaram ainda mais complexa e difícil a mobilização militar nacional para a guerra. As inúmeras e inultrapassáveis dificuldades da economia de guerra portuguesa foram escalpelizadas por Ana Paula Pires (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial, a República e a Economia de Guerra*. A dura situação do CEP e as suas deficiências estruturais foram estudadas por Isabel Pestana Marques (2008), *Das Trincheiras com Saudade, a Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. A despeito de toda a estranheza com que a maioria dos militares portugueses observou a realidade física, social e militar da Flandres, e de todas as dificuldades logísticas, o enquadramento britânico terá assegurado ao CEP um certo respaldo logístico que tornou a campanha mais sustentável. O efeito das dificuldades por que o CEP passou e o seu impacto na denominada pelos portugueses Batalha de La Lys foi objeto da investigação de Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão (2001), *La Lys, 1918, os Soldados Desconhecidos*.

Pelo contrário, deixado aos recursos nacionais, e na senda da obra pioneira de René Pélissier, a Grande Guerra em Moçambique estudada por Marco Fortunato Arrifes (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, e por Ricardo Marques (2012), *Os Fantasmas do Rovuma, A Epopeia dos Soldados Portugueses em África na I Guerra Mundial*, foi uma muito grave e dolorosa experiência para todos os soldados do exército português e uma humilhante operação para as armas portuguesas, dada a impreparação logística, a falta de planeamento



organizacional adequado, a inexistência de serviços médicos necessários e a fraca ou quase inexistente instrução tática e operacional que deixou as forças combatentes à mercê do clima e do muito bem preparado inimigo, os Askaris alemães da Tanganica, comandados por um dos mais brilhantes generais da Grande Guerra, o invicto Lettow-Vorbeck.

O esforço de guerra e as inúmeras dificuldades por que a Grande Guerra fez passar o país e a beligerância de Portugal evidenciaram-se quase completamente inúteis no fim da contenda, não trazendo a paz a esperada compensação política e económica esperada pelos propugnadores do intervencionismo. Os desapontamentos da Conferência de Paz foram, ainda que introdutoriamente, estudados por José Meireiros Ferreira (1992), *Portugal na Conferência de Paz, Paris, 1919*.

A leitura que os portugueses fazem do que é identidade de Portugal e da sua posição externa não tem sido objeto de estudos específicos. Cabe a Aniceto Afonso (2008) em *A Grande Guerra, Angola, Moçambique, Flandres, 1914-1918*, uma primeira síntese contemporânea, contanto, mais em forma de divulgação que de sistematização sobre a participação portuguesa na Grande Guerra.

Na realidade, o grande debate na historiografia portuguesa relativamente à Grande Guerra centra-se na questão do intervencionismo. Mesmo os autores que trabalharam temas mais específicos, têm como horizonte a questão de como um pequeno país, com recursos económicos e militares extraordinariamente frágeis se abalçou e forcejou para ser beligerante na mais terrível das contendas que até então tinham acontecido à humanidade. Esse ato "extraordinariamente absurdo", à luz da leitura contemporânea, tem sido igualmente objeto de análises relevantes por vários importantes historiadores nacionais.

Mas hoje, a historiografia parece igualmente trilhar novos caminhos, procurando entender de uma forma mais ampla e lata, e total, a realidade de Portugal durante a Grande Guerra e seus efeitos na leitura que os portugueses fizeram do conflito e de si próprios durante e no rescaldo da conflagração. Esta busca de uma renovada leitura pode ser observada na exposição "Portugal na Grande Guerra, 100 Anos da Grande Guerra", na Assembleia da República, de 8 de outubro a 29 de novembro de 2014, em que para além das temáticas clássicas de análise "entre a neutralidade e a beligerância" e a "guerra nas colónias portuguesas de África", "Portugal em guerra: na Europa e no Atlântico", "nas trincheiras", surgem outros de cariz bem diferente e com olhares muito distintos com que habitualmente se estuda os conflitos bélicos: "o corpo e a doença, a medicina portuguesa durante a Grande Guerra", "as artes durante a grande guerra: compromisso e rebeldia" e "ecos e lembranças da Grande Guerra - a memória portuguesa do conflito".

Em Portugal, como pela Europa em geral, a evocação de um dos mais brutais conflitos da história está a marcar uma acentuação do debate historiográfico e académico em torno dessa conflagração, assim como uma renovação teórica e concetual

em redor do que ele foi e representou para o devir da Europa e da humanidade. Esta guerra, diz Maria Fernanda Rollo (2014: 6), "de tal forma foi avassaladora na intensidade que a todos impôs e nas transformações que provocou, que desde logo observadores coevos, pelo menos os mais lúcidos ou sensíveis, perceberam o impacto que se adivinhava vir a alcançar". Ondas essas que ainda hoje não deixaram de galgar as terras da Europa, de a moldar, de a reconfigurar.

### **Conclusão**

O centenário estimulou o estudo sobre a Grande Guerra na Europa e em Portugal. É certo que os debates académicos sobre a Grande Guerra nunca deixaram de existir, como não podia deixar de ser, dadas as dimensões apocalípticas do embate bélico de 1914-1918 e seus efeitos. Há, mesmo, quem fale de uma guerra dos trinta anos, que abarca a primeira e a segunda guerra mundial num todo. O debate europeu sobre as origens da guerra tem vindo a descartar a origem germânica do conflito – austro-húngaro e a alemã – para se concentrar nas dinâmicas interligadas do sistema internacional como fator decisivo no empurrão que conduz a Europa ao conflito. As ciências sociais também ampliaram os objetos de estudo, mesmo aqueles que mais de perto tocam com as questões estratégicas, nomeadamente com uma leitura mais estruturalistas e sistêmica das causas e da evolução da guerra, assim como com um interesse alargado, nomeadamente para os conflitos imperiais periféricos e seus efeitos – às vezes bem devastadores e de dimensões paralelas ou mais terríficas do que o que sucedeu no espaço europeu –, até hoje, ainda, muito desprezados pela historiografia mais clássica.

Em Portugal, a historiografia renovou desde os anos 1990 a leitura que se tinha da beligerância portuguesa na Grande Guerra. Com os motivos mais profundos escondidos por décadas sob a capa da defesa das colónias, hoje, essa leitura remete para um entrelaçar de dinâmicas e de propósitos de caráter interno e externo que mutuamente se reforçavam. Interessa aqui valorizar estes estudos, pelo que revelam da autonomia e do impacto das pequenas potências num sistema internacional que parece, mas só parece, dominado por grandes potentados. A Grande Guerra demonstra que há mais atores relevantes e com objetivos próprios para lá dos grandes poderes que julgam dominar o orbe.

Ora, apesar da abundância da literatura sobre a Primeira Guerra Mundial, algo que continua a faltar é um real reconhecimento ou até conhecimento do papel das pequenas e médias potências nas origens e dinâmicas da Primeira Guerra Mundial. Isso acontece não só com Portugal, mas também com países tão importantes no conflito como a Sérvia ou a Bélgica (Cornwall, 2007; De Schaepdrijver, 2010). Uma forma particularmente interessante de cruzar o debate nacional e internacional sobre a Primeira Guerra, contribuindo para alargar a forma como as Relações Internacionais olham para o conflito, é analisar portanto o caso de Portugal na perspetiva

do papel e dos desafios enfrentados pelas pequenas e médias potências no quadro de uma grande guerra. Nomeadamente relativamente à questão central da difusão da guerra e da decisão de nela intervir por parte de uma série de potências, que como Jack Levy e John Vasquez (2014) reconhecem num volume recente é uma das falhas importantes na literatura sobre o tema.

Se António Telo (1993: 63-65) mostrou a importância geoestratégica do Atlântico português no contexto do conflito, este facto parece ter sido ignorado pela literatura internacional sobre o conflito mundial. E a exceção que confirma a regra – por ter sido publicado também em francês – é o livro de Nuno Severiano Teixeira, mas o próprio prefaciador francês desta obra sublinha a ignorância sobre o tema da participação portuguesa na guerra entre os historiadores estrangeiros da Grande Guerra (Becker, 1996: 15-17).

Ora Portugal mostra bem a importância de ignorar a autonomia das pequenas potências, nomeadamente na sua vontade de entrarem no conflito com objetivos e meios próprios - pois embora formalmente tenha sido a Alemanha a declarar guerra em 1916, o governo português esperava essa reação e tinha-se concertado com o governo britânico precisamente com esse objetivo. Portugal mostra que mesmo um Estado enfraquecido não é simples objeto do sistema internacional dominado pelas grandes potências mas podem lidar com elas ativamente em função de uma estratégia própria. Por outro lado, a importância das ilhas e das possessões coloniais portuguesas, alerta mais uma vez para a necessidade de para realmente se alargar e globalizar o estudo da Primeira Guerra Mundial implica dar muito maior atenção ao papel de pequenas potência na Europa, mas com grandes impérios em África, e às tropas, localizações (bases ou comunicações) e recursos estratégicos que podiam disponibilizar em momentos chave da Primeira Guerra Mundial.

### Referências Bibliográficas

- Afonso, Aniceto (2008). *A Grande Guerra, Angola, Moçambique, Flandres, 1914-1918*. Lisboa: Quidnovi.
- Albertini, Luigi (2005 [1942-1943]). *The Origins of the War of 1914*. (S/1): Enigma Books (3 Vols).
- Arrifes, Marco Fortunato (2004). *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Audoin-Rouzeau, S. e Becker, Jean-Jacques (eds.) (2012). *Encyclopédie de la Grande Guerre*. Paris: Perrin Tempus.
- Cidade, Hernâni (1935). "Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918", in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense, 7.º Vol., pp. 491-522.

- Clark, Alan (1991). *The Donkeys*. London: Vintage.
- Clark, Christopher (2014): *Os Sonâmbulos: Como a Europa Entrou em Guerra em 1914*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Cornwall, Mark (2007). "Introduction", in Andrej Mitrovic, *Serbia's Great War 1914-1918*. London: C. Hurst & Co, pp. vii-xvi.
- Costa, Gomes da (192?). *A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- Costa, Gomes da (1925). *Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil.
- De Schaepdrijver, Sophie (2010). "Belgium", in John Horne (ed.), *A Companion to World War I*. Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 386-402.
- Ferguson, Niall (2000). *The Pity of War: Explaining World War I*. New York: Basic Books.
- Ferguson, Niall (2007). *War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*. London: Penguin.
- Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência de Paz: Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal.
- Fischer, Fritz (1968 [1961]). *Germany's Aims in the First World War*. New York: Norton.
- Fischer, Fritz (1975 [1968]). *War of Illusions: German Policies from 1911 to 1914*. New York: Norton.
- Fraga, Luís Alves de (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra da 1.ª República (1916-1918)*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Gavin, Francis (2014). "History, Security Studies and the July Crisis". *Journal of Strategic Studies*, Vol. 37, No 2.
- Gerwarth, Robert e Manela, Erez (eds.) (2014). *Impérios em Guerra: 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote.
- Hastings, Max (2014a). *Catástrofe 1914: A Europa Vai à Guerra*. Amadora: Vogais.
- Hastings, Max et al. (2014b). "Britain Should Not Have Fought in the First World War", *Intelligence Squared*. Disponível em <http://www.intelligencesquared.com/events/britain-first-world-war/>. [Consultado em 18 de setembro de 2014].
- Henriques, Mendo Castro e Leitão, António Rosas (2001). *La Lys, 1918: Os Soldados Desconhecidos*. Lisboa: Prefácio.
- Horne, John (ed.) (2010). *Companion to World War I*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Jenkins, Jennifer (2013). "Fritz Fischer's 'Programme for Revolution': Implications for a Global History of Germany in the First World War". *Journal of Contemporary History*, Vol. 48 No. 2, pp. 397-417.
- Levy, Jack S. e John A. Vasquez (eds.) (2014). *The Outbreak of the First World War: Structure, Politics, and Decision-Making*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Manela, Erez (2007). *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: OUP.
- Marques, Isabel Pestana (2008). *Das Trincheiras, Com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Marques, Ricardo (2012). *Os Fantasmas do Rovuma: A Epopeia dos Soldados Portugueses em África na I Guerra Mundial*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Martins, Ferreira (coord.) (1935). *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática (2 Vols).
- McMeekin, Sean (2011). *The Russian Origins of the First World War*. Cambridge MA: The Belknap Press.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2000). *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Miller, E., S. L. Lynn-Jones, e S. Van Evera (eds.) (1991). *Military Strategy and the Origins of the First World War: An International Security Reader*. Princeton: PUP.
- Mombauer, Annika (2005). "Of War Plans and War Guilt: the Debate Surrounding the Schlieffen Plan". *Journal of Strategic Studies*, Vol. 28, No. 5, pp. 857-885.
- Mulligan, William (2014). *The Great War for Peace*. New Haven: Yale University Press.
- Novais, Noémia Malva de (2006). *João Chagas, A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Pedro Aires (2011). "A República e a Guerra", in Luciano Amaral (org.) *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, pp. 185-225.
- Pélissier, René (1986). *História das Campanhas de Angola: Resistências e Revoltas (1854-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa (2 Vols).
- Pélissier, René (1988). *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa (2 Vols).
- Pires, Ana Paula (2011). *Portugal e a I Guerra Mundial, a República e a Economia de Guerra*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ramalho, Nunes Miguel (2001). *Sidónio Pais, Diplomata e Conspirador (1912-1917)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Ramos, Rui (2008). "A Revolução Portuguesa de 1910 e a Política Externa Portuguesa", in João Marques de Almeida e Rui Ramos (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX e XX*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos, pp. 55-94.
- Reynolds, David (2014). *The Long Shadow: The Legacies of the Great War in the Twentieth Century*. London: W.W. Norton.
- Rollo, Maria Fernanda (2014). "O Mundo é de Quem Não Sente". *Jornal de Letras, Artes e Ideias* n.º 1145, p. 6.

- Samara, Maria Alice (2002). *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Sheffield, Gary (2014). *Forgotten Victory: The First World War: Myths and Realities*. (S/1.) Endeavour Press.
- Snyder, Jack (1991). *Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition*. Ithaca: Cornell UP.
- Snyder, Jack e Keir Lieber (2008). "Correspondence: Defensive Realism and the 'New' History of World War I". *International Security*, Vol. 33, No. 1, pp. 174-194.
- Stevenson, David (1997). "Militarization and Diplomacy in Europe before 1914". *International Security*, Vol. 22, No. 1, pp. 125-161.
- Stevenson, David (2011). "From Balkan Conflict to Global Conflict: the Spread of the First World War 1914-1918", *Foreign Policy Analysis*, Vol. 7, No.2, pp. 169-182.
- Stevenson, David (2011). *With Our Backs to the Wall: Victory and Defeat in 1918*. Cambridge MA: The Belknap Press.
- Strachan, Hew (ed.) (2001). *The Oxford Illustrated History of the First World War*. Oxford: OUP.
- Strachan, Hew (2010). "The War Experience: Command, Strategy, and Tactics, 1914-1918", in John Horne, *A Companion to World War One*. Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 35-48.
- Torre Gómez, Hipólito de La (1980). *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, António José (1977). *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro.
- Telo, António José (1987). *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Telo, António José (1991). *Portugal na Segunda Guerra Mundial, 1941-1945*. Lisboa: veja (2 Vols).
- Telo, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Porto: Asa.
- Telo, António José (1996). *Portugal e a NATO: O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Telo, António José (2010 e 2011). *Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença (2 Vols).
- Teixeira, Nuno Severiano (1988). "A História Política na Historiografia Contemporânea". *Ler História* n.º 13.
- Teixeira, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Tuchman, Barbara (1962). *The Guns of August: The Outbreak of World War I*. New York: Macmillan.

- Vasquez, John A. *et al.* (2011a), "Forum on the Spread of War 1914-1917: a Dialogue between Political Scientists and Historians". *Foreign Policy Analysis*, Vol. 7, No. 2, pp. 139-141.
- Vasquez, John A. *et al.* (2011b), "The Conflict Space of Cataclysm: The International System and the Spread of the War 1914-1917". *Foreign Policy Analysis*, Vol. 7, No. 2, pp. 143-168.
- Vicent-Smith, John (1975). *As Relações Luso-Britânicas, 1910-1916*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Williamson, Samuel (2014). "July 1914 Revisited and Revised: the Erosion of the German Paradigm", in Jack S. Levy and John A. Vasquez (eds.) (2014). *The Outbreak of the First World War: Structure, Politics, and Decision-Making*. Cambridge: Cambridge University Press., pp. 30-62.
- Winter, Jay (ed.) (2014). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: CUP (3 vols).
- Zuber, Terence (2010). "The Schlieffen Plan's 'Ghost Divisions' March Again: a reply to Terence Holmes". *War in History*, Vol. 17 No. 4, November, pp. 512-525.